



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA - ILAACH**

**ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ADICIONAIS
- EEALA**

JANDIRA COSTA DE LIRA

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO
PARA IMIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO COM RECORTE NA
EMEF ESPAÇO DE BITITA**

FOZ DO IGUAÇU, PR

2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA - ILAACH**

**ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ADICIONAIS
- EEALA**

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO
PARA IMIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO COM RECORTE NA
EMEF ESPAÇO DE BITITA**

JANDIRA COSTA DE LIRA

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Ensino e Aprendizagem em Línguas Adicionais apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Pereira Carvalhal

FOZ DO IGUAÇU, PR
2023

JANDIRA COSTA DE LIRA

**UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO
PARA IMIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO COM RECORTE NA
EMEF ESPAÇO DE BITITA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino e Aprendizagem em Línguas Adicionais apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Pereira Carvalhal
UNILA

Prof^ª. Dr^ª. Jorgelina Ivana Tallei
UNILA

Prof^ª. Dr^ª. Maridelma Laperuta Martins
UNILA

Foz do Iguaçu, 13 de dezembro de 2023

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor: Jandira Costa de Lira

Curso: Especialização em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais

	Tipo de Documento
(.....) Graduação	(.....) Artigo
(X) Especialização	(X) Trabalho de conclusão de curso
(.....) Mestrado	(.....) Monografia
(.....) Doutorado	(.....) Dissertação
	(.....) Tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais

Título do trabalho acadêmico: Um estudo sobre a implementação de políticas de acolhimento para imigrantes na Rede Municipal de São Paulo com recorte na EMEF Espaço de Bitita

Nome do orientador(a): Tatiana Pereira Carvalhal

Data da Defesa: 13/11/2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 13 de janeiro de 2024.

Assinatura do Responsável: Jandira Costa de Lira

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha professora orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, e todo auxílio necessário na elaboração desse projeto.

Aos professores da banca pelas orientações e ensinamentos diversos para o meu melhor desempenho.

Aos colegas do curso de Especialização em Ensino Aprendizagem de Línguas Adicionais, agradeço pelo apoio e incentivo a dar continuidade na minha formação profissional.

E aos meus filhos Lincoln, Livia e Eduardo que, mesmo estando apartados do meu convívio, souberam demonstrar compreensão e apoio para atingir meus objetivos.

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo de caso acerca do planejamento de políticas de migração, políticas linguísticas e acolhimento em uma escola do município de São Paulo. Especificamente este trabalho busca responder às seguintes questões: 1. Que políticas linguísticas o município de São Paulo promove para o acolhimento de estudantes imigrantes? 2. Que formação os professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Espaço de Bitita recebem para o acolhimento linguístico de estudantes migrantes e refugiados do município de São Paulo? 3. Que ações voltadas para o acolhimento de estudantes migrantes são promovidas por essa escola? Para tanto, analiso um Projeto Político Pedagógico, a partir de uma metodologia de um estudo de caso, embasado nos documentos - Orientações Pedagógicas Currículo da Cidade - migrações e suas diretrizes, partindo de um retrato da EMEF Espaço de Bitita – entendido como um espaço de vivências, interações sociais e culturais, encontros crianças, jovens e adultos e aprendizagens a partir das relações interpessoais – e do seu compromisso em garantir a igualdade de oportunidades e a equidade, reconhecendo as diversidades presentes. Entende-se neste trabalho que é papel da escola a promoção de direitos à população migrante bem como de ações e projetos que, como preveem os documentos orientadores, incluam toda a riqueza trazida por meio da presença de pessoas de diferentes origens. Enfatiza-se assim a necessidade de uma posição ativa da comunidade escolar para que haja acolhimento linguístico na rede de ensino.

Palavras-chave: Acolhimento linguístico; Formação docente; Políticas de migração; Políticas linguísticas.

RESUMEN

Este trabajo consiste en un estudio de caso sobre la planificación de políticas migratorias, políticas lingüísticas y acogida en una escuela de la ciudad de São Paulo. Específicamente, este trabajo busca responder las siguientes preguntas: 1. ¿Qué políticas lingüísticas promueve el municipio de São Paulo para acoger a estudiantes inmigrantes? 2. ¿Qué formación reciben los docentes de la EMEF Espaço de Bitita para la recepción lingüística de estudiantes migrantes y refugiados en la ciudad de São Paulo? 3. ¿Qué acciones encaminadas a la acogida de estudiantes inmigrantes promueve esta escuela? Para ello, analizó un Proyecto Político Pedagógico, basado en una metodología de estudio de caso, tomando como base los documentos - Lineamientos Pedagógicos Currículo de la Ciudad - las migraciones y sus lineamientos, a partir de un retrato de EMEF Espaço de Bitita – entendido como un espacio de experiencias, interacciones sociales y culturales, de encuentro con niños, jóvenes y adultos y de aprendizaje basado en las relaciones interpersonales – y su compromiso de garantizar la igualdad de oportunidades y la equidad, reconociendo las diversidades presente. Se entiende en este trabajo que es papel de la escuela promover los derechos de la población migrante, así como acciones y proyectos que, tal como lo estipulan los documentos rectores, sean capaces de incluir toda la riqueza aportada por la presencia de personas de diferentes orígenes. Enfatiza-se assim a necessidade de uma posição ativa da comunidade escolar para que haja acolhimento linguístico na rede de ensino.

Palabras clave: Recepción lingüística; Formación de docentes; Políticas migratorias; Políticas lingüísticas.

ABSTRACT

This work consists of a case study about the planning of migration policies, language policies and reception in a school in the city of São Paulo. Specifically, this work seeks to answer the following questions: 1. What language policies does the municipality of São Paulo promote to welcome immigrant students? 2. What training do teachers at EMEF Espaço de Bitita receive for the linguistic reception of migrant and refugee students in the city of São Paulo? 3. What actions aimed at welcoming migrant students are promoted by this school? To this end, I analyze a Political Pedagogical Project, based on a case study methodology, based on the documents - Pedagogical Guidelines City Curriculum - migrations and their guidelines, starting from a portrait of EMEF Espaço de Bitita – understood as a space for experiences, social and cultural interactions, meetings with children, young people and adults and learning based on interpersonal relationships – and its commitment to ensuring equal opportunities and equity, recognizing the diversities present. It is understood in this work that it is the school's role to promote the rights of the migrant population as well as actions and projects that, as stipulated in the guiding documents, are capable of including all the wealth brought through the presence of people from different origins. This emphasizes the need for an active position on the part of the school community so that there is linguistic support in the education network.

Key words: Linguistic reception; Teacher training; Migration policies; Language policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ACOLHIMENTO.....	13
3 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO E ACOLHIMENTO EM PRÁTICA NA EMEF ESPAÇO DE BITITA.....	18
4 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ESPAÇO DE BITITA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PODE ACOLHER?.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo vem sendo caracterizado por movimentos entre países do sul global, isto é, entre países da América do Sul, África e Ásia, sobretudo pelas restrições impostas pelos países do norte (Cf. Baeninger et alii, 2018). Nesse cenário mundial, no início do século XXI, o Brasil passa a ser o destino de migrantes de diversas nacionalidades, sobretudo oriundos do sul global.

Conforme consta na definição do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR¹, pessoas em situação de refúgio são a que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à greve e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. Por migrante entende-se aqui todo aquele que vai a um país estrangeiro com o objetivo de residir ou trabalhar, em geral por vontade própria. As pessoas em situação de refúgio, solicitantes de refúgio ou apátridas podem até serem considerados imigrantes de modo geral, porém, sua situação é diversa da do migrante voluntário, pois saíram de seus países, em grande parte das vezes, contra sua vontade.

Situando-nos no contexto brasileiro, o município de São Paulo, centro financeiro e industrial do Brasil, é o maior pólo de migração externa e interna desde o início do século XX, continua sendo um dos principais destinos de recentes fluxos migratórios, os quais podem ser compreendidos como signatários de uma “migração de crise”. Para Clochard (2007), as migrações de crise são aquelas em que as pessoas se deslocam forçadamente, motivadas por crises humanitárias ou por confrontos políticos, ideológicos e militares. Muitas vezes, nos países de destino - principalmente, nos do “Norte” -, tais migrantes são vítimas de discriminação, sendo considerados indesejáveis e tidos ou tratados como ilegais.

Tal como indica o documento Currículo da Cidade Orientações Pedagógicas - Povos Migrantes (2019), atualmente a cidade de São Paulo chama atenção pelos altos números populacionais que apresenta. De acordo com o documento orientador, em 2009, 11 milhões de pessoas residiam na cidade de São Paulo e cerca de 19 milhões na Região Metropolitana de São Paulo. Os dados indicam que 1% da população era de migrantes internacionais (Perfil dos migrantes em São Paulo, Brasília: IPEA, 2011). Uma década depois, em 2019, o número passou

¹ Site da ACNUR disponível no link: < <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em ago 2020.

a ser mais de 12 milhões de pessoas vivendo na capital e mais de 21 milhões na Região Metropolitana, sendo que 361 mil eram migrantes internacionais de mais de 200 nacionalidades diferentes.

Acerca dessa migração em São Paulo, sobretudo com a chegada de migrantes internacionais originários do Sul Global, especialmente da América do Sul, África e Ásia, passa a ser o destino de migrantes de diversas nacionalidades, a partir da segunda metade da década de 1980, a intensificação da chegada de pessoas da Bolívia. Mais recentemente, a partir de 2010, o número de migrantes haitianos em São Paulo cresceu 16 vezes entre 2013 e 2019 e passou a figurar como a sexta nacionalidade mais representativa na cidade.

O presente trabalho se insere no âmbito das pesquisas que refletem sobre o acolhimento linguístico na rede municipal de ensino. Particularmente, este trabalho visa a compreender as ações de uma escola pública em particular no âmbito das políticas de acolhimento de estudantes na rede de ensino de São Paulo. Para tanto, busca responder às seguintes questões: 1. Que políticas linguísticas o município de São Paulo promove para o acolhimento de estudantes imigrantes? 2. E quais formações os professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita recebem para o acolhimento linguístico de estudantes migrantes e refugiados do município de São Paulo? 3. Que ações voltadas para o acolhimento de estudantes migrantes são promovidas por essa escola?

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo registra uma expressiva quantidade de estudantes de diversas nacionalidades. Em 2020, constavam matriculados na RME um total de 7.350 estudantes imigrantes de cerca de 100 nacionalidades. O grupo mais representativo é o de pessoas de origem boliviana, seguido de pessoas haitianas, e também um número significativo de estudantes da Venezuela, Angola, Paraguai, Peru, Argentina, Japão, Colômbia e Estados Unidos da América, como mostra o gráfico a seguir. Esses estudantes estão distribuídos pelas 13 Diretorias Regionais de Educação (DRE).

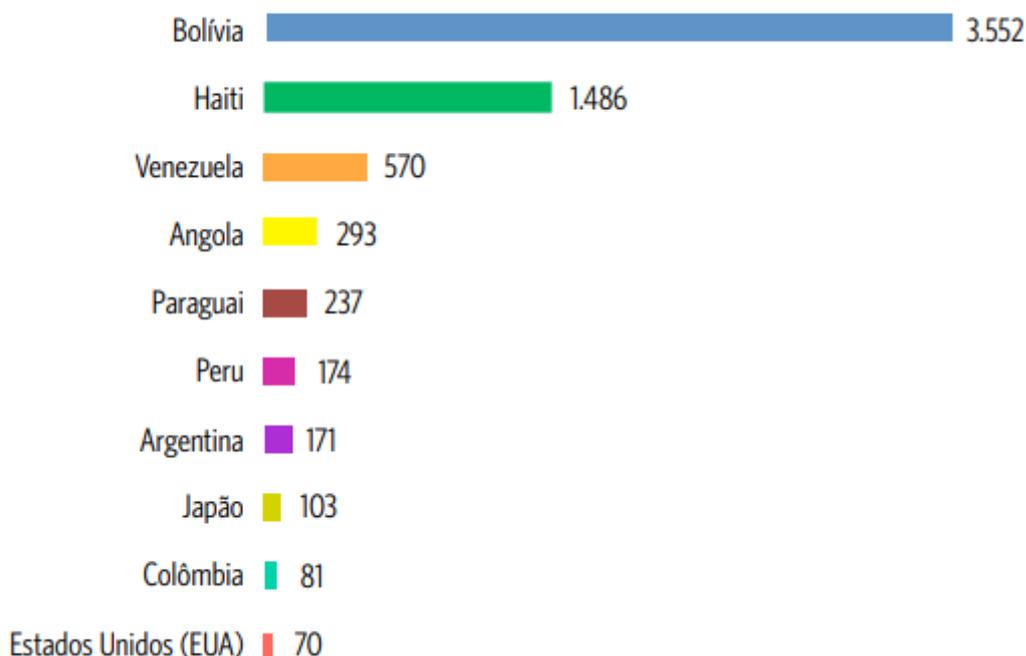


Gráfico 1 – 10 nacionalidades com maior representatividade entre estudantes migrantes internacionais matriculados na RME (2020) Fonte: SME/PMSP 2020

Com essa diversidade de povos migrantes, nos deparamos com um número cada vez maior de alunos oriundos de famílias de refugiados e migrantes que chegam ao nosso país, muitas vezes vitimados por situações de guerra, miséria, entre outros tipos de vulnerabilidades. A inclusão desses novos alunos acarreta novas demandas para nossos professores, que, apesar de hercúleos esforços, não se sentem devidamente aptos a trabalhar com grupos pluriculturais. É preciso ter em mente ainda que estes estudantes imigrantes, sobretudo pela condição vulnerável de refúgio, podem ter passado por inúmeras situações adversas, incluindo violência física e/ou psicológica; guerras; perseguição religiosa, política, por orientação sexual, de gênero; além de extrema vulnerabilidade social.

De modo global, no ano de 2017, a humanidade atingiu um novo recorde no complexo panorama das migrações internacionais consideradas como de crise (CLOCHARD, 2007). Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 68,5 milhões de pessoas, dentre as quais 52% com idade inferior a 18 anos, deslocaram-se forçadamente em razão de “perseguição, conflito, violência ou violação dos Direitos Humanos” (UNHCR, 2018). Atualmente, o Brasil abriga 8.863 refugiados de 79 nacionalidades diferentes, originários principalmente da Síria, Angola, Colômbia e República

Democrática do Congo, de acordo com dados do relatório do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE (CONARE, 2016).

Esse número seria ainda maior se considerássemos os imigrantes originários de outros processos de migração forçada não contemplados, na legislação brasileira vigente, pela categoria de refugiado, é o caso dos haitianos e venezuelanos, por exemplo, que somam cerca de 85 mil (MJC, 2016) e entre 40 e 60 mil habitantes (CHARLEAUX, 2018), respectivamente, no país. Dessa forma, por seus processos de migração não serem considerados, necessariamente, como motivados devido à perseguição ou violação de direitos humanos, os imigrantes haitianos (assim como senegaleses e bengalis, dentre outros) não recebem o status de refugiado, mas permanecem no país por meio de vistos de caráter especial. Aos nacionais do Haiti, têm sido fornecidos vistos de caráter humanitário, enquanto venezuelanos podem solicitar residência por serem originários de país fronteiriço, apesar de muitos imigrantes dos dois países ingressarem no Brasil como solicitantes de refúgio.

Com a conotação de uma “migração forçada” são necessários instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da “crise” migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração, tal como indicam Baeninger e Peres (2015, p.122). Entende-se que, nessa perspectiva apontada pelas autoras, um dos aspectos constituintes da crise vivida pela sociedade receptora em face à entrada desses migrantes está no acolhimento e em tudo o que ele implica, inclusive um dos principais direitos (e, na perspectiva do Estado- Nação, um “dever”) a ele vinculado, a aprendizagem da língua oficial local, como avaliam Bizon e Camargo (2018).

O processo de acolhimento desses migrantes tem sido foco de diversos estudos e ações políticas, sociais e culturais. Apesar de ainda não ser consenso, entende-se que não cabe somente à população migrante compreender e se aproximar da realidade do país de destino. Se, por um lado, os Estados têm o dever de acolher tais pessoas e construir políticas públicas a fim de incluí-las como parte de sua população e garantir o acesso a direitos fundamentais, por outro, a população local também tem um papel importante na acolhida de seus novos vizinhos, colegas de trabalho e pessoas que frequentam os mesmos espaços públicos e culturais.

No contexto escolar, a ênfase na igualdade de oportunidades e equidade é fundamental para proporcionar um ambiente educacional inclusivo e que atenda às necessidades diversas

dos alunos, caracterizado como um espaço de vivências e interações, tal como preveem as políticas de migração de acolhimento nacionais e municipais. Nesse entendimento, como preparar a escola e como capacitar docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar para pensar em ações voltadas ao acolhimento tem se mostrado questões extremamente relevantes no cenário atual.

À medida que as salas de aula e as escolas se tornam cada vez mais diversificadas, faz-se urgente repensar tanto as práticas pedagógicas quanto a formação docente, destinada a todos, não apenas aos especialistas, que, em geral, se encontram fora das escolas. Esta situação reforça, por conseguinte, a importância de pesquisas que pensem a formação de professores, pois são eles quem estão no chão da escola aplicando políticas linguísticas que não foram planejadas por eles (MONTE MÖR, 2014)

Este trabalho está organizado em três seções. Primeiramente busco uma compreensão da Política Municipal para a população Imigrante instituída pela Lei n.16.478/2016, sobretudo as que agem no município de São Paulo. Na seguinte seção, analiso a implementação das políticas de migração e acolhimento em um estudo de caso situado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita, considerando as ações realizadas para os estudantes e as ações de formação ofertada para capacitação docente. Na sequência, discuto essas ações identificadas no âmbito das políticas de acolhimento voltadas para estudantes imigrantes na rede municipal de ensino de São Paulo onde trabalho há 21 anos como professora de educação infantil e fundamental e busco compreender através desse trabalho possíveis ações desenvolvidas para o acolhimento de estudantes imigrantes.

2 POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ACOLHIMENTO

O cenário atual de migrações trouxe para o Brasil, dentre outros países do sul global, a necessidade de repensar urgentemente políticas de migração e políticas linguísticas voltadas para o acolhimento de imigrantes e refugiados. Entre 2008 e 2016, o número de estudantes estrangeiros em escolas brasileiras aumentou 112%, saltando de 34 mil matrículas para quase 73 mil, ou seja, o número de estudantes imigrantes mais que dobrou.² Esses dados preocupam

² Informações divulgadas pela agência brasil a partir do levantamento feito pelo Instituto Unibanco com base no censo escolar de 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/estudantes-imigrantes-aumentam-112-em-oito-anos-nas-escolas-brasileiras>>. Acesso em 22 set 2022.

ainda mais quando se considera que esses estudantes, crianças e adolescentes, muitas vezes, têm baixa ou nenhuma proficiência em português, praticamente única língua de instrução das instituições escolares em que se matriculam.

Acerca das políticas de migração nacionais, destaca-se certamente a Lei de Migração (Lei 13.445, de 2017), que prevê a regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Nessa Lei já se visualiza em seu artigo 3º, dentre os princípios e diretrizes que regem a política migratória brasileira, a acolhida humanitária; o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante. Nota-se nesse documento uma atenção para a educação e para os interesses da criança e do adolescente migrante. Apesar de datar de 2017, ainda não foi instituída a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, prevista nesta Lei para gerir as ações e estruturar melhor o tema das migrações no Brasil, ou seja, ainda há uma lacuna grande, que se repercute obviamente nas escolas, deixando muitas dúvidas e ações desarticuladas.

Focalizando o município de São Paulo, dados revelam que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo atende um total de 8435 estudantes migrantes de cerca de 100 nacionalidades, sendo a mais representativa a boliviana, seguida da haitiana, e também um número significativo de estudantes originários da Venezuela, Angola, Paraguai, Peru, Argentina, Japão, Colômbia e Estados Unidos da América. Essa diversidade de povos e das suas manifestações em São Paulo, assim como sua demanda por participação e por políticas específicas, fez com que o governo municipal implementasse, ainda antes da Lei Nacional de Migração, a Política Municipal para a população Imigrante (PMPI), instituída pela Lei Municipal n.º 16.478/2016 e regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 57.533/2016.

Os estudantes migrantes estão distribuídos pelas 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs), esse novo cenário passa a ser possível e desejável a articulação intersetorial – entre diferentes secretarias municipais – para o desenho e execução de políticas voltadas para a população migrante da cidade, que estabelece diretrizes também para a educação, e em atenção às necessidades da Rede Municipal de Ensino, e a importância da acolhida de estudantes migrantes nas Unidades Educacionais. Buscando contribuir com a consolidação desse marco legal, que estabelece diretrizes também para a educação, e em atenção às necessidades da Rede Municipal de Ensino, foram geradas outras políticas de acolhimento

complementares no âmbito educacional.

Em 2012, a rede municipal de São Paulo optou por utilizar o documento Currículo da Cidade: Povos Migrantes: orientações pedagógicas, com o intuito de ofertar orientações pedagógicas para a educação de povos migrantes. O documento apresentado está em consonância com a Política Municipal para a População Imigrante, a Lei Municipal nº 16.478/2016, que assevera a garantia de direitos no Município de São Paulo e visa oferecer subsídios teóricos e revelar experiências exitosas implementadas no trabalho cotidiano com as e os estudantes migrantes. Nesse documento é importante retomar que nele se estabelece que todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas migrantes têm direito à educação na RME e que esta deve observar o princípio da interculturalidade, promovendo o diálogo entre culturas e criando os mecanismos e as adaptações necessárias para o acolhimento de migrantes no sistema de ensino público. (2021, p. 10).

Na Lei n.º 16.478/ 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo, lê-se no Artigo 20: I - priorizar e ampliar ações educativas de combate à xenofobia, considerando as suas interfaces com as demais formas de discriminação; II - introduzir conteúdos que promovam a interculturalidade e a valorização das culturas de origem dos alunos imigrantes ou filhos de imigrantes dentro das grades curriculares, em todas as disciplinas e etapas de educação, com inclusão de materiais pedagógicos sobre a temática das correntes migratórias contemporâneas, compreendendo o refúgio, e o diálogo intercultural; III - fortalecer e ampliar programas de formação intercultural voltados para profissionais de ensino; IV - promover, divulgar e garantir apoio pedagógico, material e institucional a projetos de acolhimento, promoção da interculturalidade e valorização da cultura de origem dos alunos imigrantes e de suas famílias, com sua participação nos estabelecimentos de ensino e equipamentos públicos municipais em geral.

Em sua proposta, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo considera que o documento Orientações Pedagógicas - Povos Migrantes dá mais um importante passo para que “ninguém seja deixado para trás”, ao oferecer aos profissionais de educação um subsídio qualificado e especializado para assegurar a realização de práticas pedagógicas acolhedoras para refugiados e migrantes, dando especial atenção à inclusão destes como uma das prioridades das políticas públicas educacionais da cidade de São Paulo (2021, p.5).

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), vigente desde 2014, a UNESCO no Brasil tem apoiado e reconhecido o êxito das políticas e dos programas educacionais implementados pela rede municipal de ensino de São Paulo para a inclusão dos

estudantes refugiados e migrantes que vivem no território paulistano. Nesse sentido, destaca-se a implementação do Currículo da Cidade, o primeiro no mundo a ter os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento alinhados aos ODS. Este documento está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados os principais conceitos que envolvem o tema das migrações. No segundo capítulo, são apresentados dados da migração na cidade de São Paulo e na Rede Municipal de Ensino e, a partir deles, se discute a questão da língua, que se coloca como uma das primeiras barreiras, desde o momento da matrícula, início da relação da escola com estudantes migrantes e seus familiares e responsáveis. No terceiro capítulo, se olha para a sala de aula e se aborda a necessidade das escolas adotarem uma postura comprometida com uma educação antirracista e não xenofóbica e promoverem práticas pedagógicas inclusivas e que valorizem a diversidade. No quarto capítulo, se trata de redes de apoio que podem auxiliar as escolas no processo de se reinventar. O documento traz a ideia de que o movimento de pessoas pelo mundo deve mobilizar a vontade de se aproximar e aprender com novas formas de viver e também nos estimular ao movimento. Ao final, há ainda sugestões de leituras complementares e sites interessantes.

Outro documento importante para as escolas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017 para o Ensino Fundamental e Médio, abrange de certa forma a heterogeneidade linguística no Brasil. No entanto, como indicam Diniz e Neves (2018), o texto da BNCC associa a diversidade linguística a uma realidade externa à escola. Em suas palavras, “Não se fala, assim, das realidades locais da diversidade linguística, em que diferentes idiomas podem estar presentes, inclusive nas famílias e escolas dos estudantes” (2018, p. 95). Em sua reflexão sobre a importância da formação de professores em abordagens plurais visando o acolhimento linguístico de migrantes e refugiados, Cursino (2020) observa ainda que diversos trechos da BNCC relacionam a língua oral e escrita aprendidas no contexto familiar e na Educação Infantil ao português, esquecendo os alunos provenientes de contextos em que a língua portuguesa não é utilizada em seu dia a dia. Para a autora, o texto da BNCC é contraditório, pois ao mesmo tempo, em que afirma que é necessário valorizar o multilinguismo presente na sociedade brasileira, revela em seu discurso uma ótica monolíngue, uma vez que promove o português como o único idioma presente nas escolas e nas famílias do alunado. Na avaliação de Cursino (2020), as diretrizes educacionais vigentes no Brasil excluem qualquer possibilidade de multilinguismo nas escolas.

Diante deste cenário, faz-se mister refletir sobre as ações que se relacionam com a heterogeneidade presente nas escolas brasileiras, bem como sobre as ações de formação de

professores, ainda inscrita predominantemente em uma perspectiva monolíngue. As reflexões sobre a heterogeneidade linguística nas escolas em diversos estudos vêm dando destaque para um ensino de português como língua de acolhimento, ao mesmo tempo que o questiona. Como apontam Bizon e Camargo (2018), em seu estudo sobre acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo, a aprendizagem da língua oficial local é um dos direitos principais dos deslocados, sendo crucial nos processos de reterritorialização. Entretanto, como destacam as autoras, a compreensão de acolhimento deve ser de a uma relação que não pode ser construída de maneira unilateral, a partir da perspectiva, muitas vezes assimilacionista e proibicionista do país receptor. Ao contrário, deve ser pensada e operacionalizada multilateralmente, ou seja, no atravessamento dos eixos vertical e horizontal que estruturam a construção dos espaços sociais (2018, p. 716). O ensino e a aprendizagem da língua portuguesa não podem ser os únicos a ocorrer nas escolas.

Como apontam Diniz e Neves (2018, p.90), em seu estudo sobre políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro, há uma necessidade imperativa de políticas linguísticas direcionadas a discentes cuja língua materna não é o português, pois o português é, em geral, a única língua de instrução para esses alunos, mas ainda assim, são raros, ou inexistentes, os momentos em que esse idioma lhes é ensinado como adicional, o que pode acarretar a produção de casos de “fracasso escolar”. Evidentemente, sujeitos em deslocamento forçado para nosso país se veem obrigados a aprender o português como língua adicional. O público infantil particularmente depende da aquisição do português para ter êxito escolar (Diniz e Neves, 2018). Entretanto, suas línguas e culturas maternas e a porventura outras adquiridas em outros contextos são apagadas por uma ideologia monolíngue presentes nas escolas (Melo-Pfeifer, 2018).

Posto que falar em língua de acolhimento pode motivar a compreensão de que uma única língua está sendo considerada nesse processo, compartilhamos do entendimento de Bizon e Camargo (2018) que optam por ver o processo como um acolhimento em línguas, reforçando a afiliação a uma perspectiva transcultural e translíngue, contemplando o uso das diferentes língua(gens) nos diferentes espaços de enunciação. Como argumenta Canagarajah (2013), uma língua que se pretende acolhedora precisa ser maleável, passível de ser moldada pela interação com o outro, perceptível a recriações, e não impositiva de formas rígidas. É uma língua que recebe bem as práticas translíngues, permitindo-se alterar em suas normas, em seu léxico, em seus sons, lembrando que, para acolher, é necessário fazermos um movimento

em direção ao Outro, e não só esperar/aceitar que o Outro se movimente a nós, ainda que nos empenhamos para ensiná-lo.

O desafio posto pela interculturalidade não pode, nesse contexto, ser entendido como um plus, como um enriquecimento, como um bônus, porque o investimento no estabelecimento do diálogo, na capacidade de resolução do conflito intercultural, é o alicerce, é o que justifica mesmo a existência dessa escola, é o que dá a ela relevância política.. E é essa exposição que exige, sem mais adiamentos, que nos preparemos para o sempre difícil encontro com o outro, com o diferente, tal como postula Maher, 2007, p.258).

A Linguística Aplicada atual deriva das mudanças paradigmáticas nos estudos da linguagem, que certamente ampliaram o objeto da linguística - da gramática para a linguagem. Nessa nova configuração do objeto da Linguística Aplicada, os estudos se voltam para as práticas de uso da linguagem em tempos, lugares, sociedades e culturas específicas. Assim, na Linguística Aplicada como Ciência Social, é essencial pensar formas de conhecimento e questões de pesquisa que sejam responsivas às práticas sociais em que vivemos. “Um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem papel central”, como indica Moita Lopes (2006, p. 14)

Na próxima seção será feito um estudo de caso para buscar compreender como as políticas aqui descritas, que incidem nos aspectos social, cultural e também linguístico, vêm sendo implementadas na prática de uma comunidade escolar.

3 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO E ACOLHIMENTO EM PRÁTICA NA EMEF ESPAÇO DE BITITA

Este estudo sobre a implementação das políticas de migração e acolhimento na rede municipal de São Paulo parte da proposta metodológica de um estudo de caso e focaliza as ações realizadas na Escola Municipal Espaço de Bitita. De natureza qualitativa, utiliza como instrumentos de pesquisa a entrevista, a observação e a leitura documental.

Retomando os documentos apresentados anteriormente, vale destacar Política Municipal para a População Imigrante, que desde 2016 institucionaliza o conjunto de políticas públicas que vem sendo implementadas na cidade de São Paulo. Nesse documento, a Secretaria de Educação Municipal de São Paulo (SME- SP), que faz intermediação com as diretorias regionais de Educação no município, reconhece o direito à educação pública a todas

e todos migrantes em território brasileiro e proíbe a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (artigo 4º, X). Em consonância com essa política, o documento Orientações Pedagógicas - Povos Migrantes traz a importância da acolhida de estudantes imigrantes na rede de ensino de São Paulo e valorização da diversidade linguística e cultural.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita está situada na região central de São Paulo, próxima do Bom Retiro e a poucas quadras da praça Kantuta. A escola recebe estudantes de países como Bolívia, Angola, Peru, Colômbia, Estados Unidos e Síria. Na entrada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita, situada na região central de São Paulo, visualiza-se em frente à recepção um grande mural colorido com rostos estilizados de pessoas de diferentes etnias e culturas. Acima da pintura, lê-se a inscrição: “Por uma escola pública inclusiva”.



Mural criado pela artista chilena Verónica Ytier na escola municipal de ensino fundamental Infante Dom Henrique Canindé (atual Espaço de Bitita), na região central de São Paulo. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/17/escola-publica-do-centro-de-sp-entra-em-projeto-internacional-da-unesco.htm>>. Acesso em 23 ago 2023.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita, antiga Escola Infante Dom Henrique, teve seu nome alterado para homenagear Carolina de Jesus, com seu apelido de infância. A mudança partiu da comunidade escolar em 2015, com a ideia de não homenagear um dominador relacionado com o tráfico negreiro, mas sim as pessoas do lugar. A renomeação levou 8 anos tramitando e foi enfim aprovada pelo novo prefeito em 2023³.

³ Disponível

em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/apos-8-anos-de-luta-escola-muda-de-nome-e-homenageia-escritora>>. Acesso em 30 ago 2023.

Carolina Maria de Jesus passou boa parte de sua vida na região do Canindé, zona norte de São Paulo. Embora sua produção literária tenha começado antes da migração de Sacramento (MG) para a capital paulista - a escritora escreveu poemas, romances, provérbios e peças teatrais ainda não publicadas -, foi a partir das vivências na comunidade paulistana que ela se inspirou a escrever *Quarto de Despejo*, sua obra mais reconhecida. Para a comunidade escolar, era imprescindível reescrever a história da sua escola - e também da comunidade que a circula - a partir de uma figura da qual pudessem se orgulhar.

O processo de escolher o nome Carolina Maria de Jesus foi participativo dentro escola, contando com o apoio da comunidade escolar, inclusive em manifestações.



Sobre as diferentes formas de trabalhar a comunicação em um contexto de diversidade linguística, é interessante trazer a experiência da Escola Municipal Espaço de Bitita a partir do olhar do seu diretor numa entrevista feita para esta pesquisa no dia 10 de julho em plataforma

virtual. O mesmo relatou que em outubro de 2014, a escola recebeu as primeiras refugiadas sírias: uma garota de 14 anos inserida no 9º ano e crianças do 2º e 3º ano. Elas estavam há quatro meses matriculadas em uma escola e aguardando uma resposta ou uma chamada. A negativa do direito à educação parecia se relacionar diretamente com a questão da língua árabe. Em meio ao segundo semestre e agora matriculadas na Escola Espaço de Bitita, uma grande questão que emergia era como fazer a mediação entre a língua árabe e a portuguesa e desenvolver o aprendizado. Segundo o diretor e gestores, o que a escola observou é que um projeto desenvolvido desde 2012 e que integrava crianças e adolescentes brasileiras e migrantes – instituída por uma Organização Social Carlotas foi essencial nesse processo. Ele é representado por Fabiana Gutierrez e Ana Carolina Dorigon Carlotas que realiza oficinas com os temas da empatia, respeito à diversidade e solidariedade no âmbito do Projeto Escola Apropriada: educação, cidadania e direitos humanos e também nos grupos de (JEIF) Jornada Especial Integral de Formação, com trabalhos mais voltados ao aspecto sócio emocional, que faz a intermediação com a Secretaria Municipal de Educação (SME-SP).

Além disso, a escola tem desenvolvido parcerias importantes com a Unesco e programas de formação de Educadores, vinculado à Faculdade de Educação da USP, tanto da área da educação quanto de áreas afins que atuam diretamente com a educação. Algumas das parcerias foram consolidadas com a iniciativa da escola, outras foram ofertadas pelos próprios parceiros e outras vieram por intermédio de indicação de colaboradores, estagiários e pesquisadores. De acordo com o Diretor da escola, esse fator contribuiu para a ampliação das barreiras no ensino de português para não falantes de português, uma vez que promoviam uma abordagem de ensino diferenciada e a garantia dos direitos linguísticos dos discentes imigrantes.

Ao estar no Espaço de Bitita encontramos o trabalho de profissionais da educação engajados com crianças, jovens e adultos do território educativo do Pari/Canindé. Há muitos projetos potentes na escola. Desde janeiro de 2017, a escola participa do Programa Rede de Escolas Associadas da UNESCO no Brasil – RedePEA/UNESCO, com ações que se relacionam com uma pauta global da educação. Os temas são anuais, geralmente voltados para a Cidadania Global, sustentabilidade, mudanças climáticas, migração e refúgio. De acordo com o diretor da unidade Espaço de Bitita, a instituição recebeu o convite da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para participar da RedePEA a partir de projetos iniciados em 2012 para promover respeito e integração de alunos estrangeiros. A RedePEA está baseada em quatro pilares “Educação: um tesouro a

descobrir”): (i) Aprender a conhecer; (ii) Aprender a fazer; (iii) Aprender a ser; e (iv) Aprender a viver juntos. Suas ações se concentram nas temáticas: 1. Cidadania global e uma cultura de paz e não violência 2. Desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis 3. Aprendizagem intercultural e valorização da diversidade e patrimônio culturais.⁴

No âmbito do espaço do Projeto Especial de Ação (PEA) da EMEF Espaço de Bitita, a formação continuada do professor tem se organizado, em torno do binômio Currículo/Avaliação e dará continuidade ao projeto de 2020, denominado Acompanhamento das Aprendizagens. Ressaltando sua importância apenas como fruto de uma unidade que se qualifica para o trabalho. Tais discussões estão consubstanciadas na Base Nacional Curricular Comum do Ensino Fundamental, no currículo da cidade e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei nº9.394/96). Também foram baseados nos resultados das avaliações externas e internas, para averiguar se o processo de ensino aprendizagem é condizente com o que é esperado nas normativas educacionais do município e do país.

Sobre o ensino de português para alunos migrantes da Escola Municipal Ensino Fundamental Espaço de Bitita, observam-se algumas ações descritas no Projeto Político Pedagógico dos professores durante sua formação.

O Programa de Formação de Educadores, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, mantém com a escola um Projeto de Estágio, destinado aos estudantes dos cursos de licenciatura. O estágio é feito em duas etapas, uma no primeiro e outra no segundo semestre de cada ano. Cada etapa é dividida em três momentos: 1) reunião de apresentação dos estagiários; 2) o estágio propriamente dito; 3) reunião de devolutiva dos estágios. Nas duas reuniões o encontro é feito com todos os estagiários, os representantes da USP, os professores e a gestão. Em cada semestre a escola atende a uma média de 25 estagiários. Como contrapartida, oferece palestras com professores da FEUSP, disponibiliza cursos para os professores e a equipe de gestão da escola, disponibiliza o boletim Dica dos Educadores, com dicas de atividades e cursos na USP.

O Projeto de Extensão Avaliação Institucional –com a participação da comunidade também é vinculado à Faculdade de Educação da USP. Entre 2016 e 2019, o projeto teve as participações do diretor da escola e de uma professora da disciplina de Geografia. Desde 2020 é acompanhado pelo Coordenador Pedagógico que a partir da definição do que é esperado do

⁴ Disponível em Rede de Escolas Associadas da UNESCO Guia para membros. Disponível em <<https://www.peaunesco.com.br/wp-content/uploads/2021/02/guiamembrosescolasuneso.pdf>> Acesso em 25 ago 2023

nível de proficiência na leitura e na escrita dos alunos, o mesmo implementou um sistema de sondagens e avaliações, que permitissem aferir se os estudantes apresentam avanços na aprendizagem, dando continuidade ao longo do ano de 2021 e foi o ponto de partida para as discussões dos conselhos de classe. Nesse sentido, a avaliação se torna uma dimensão importante de implantação do currículo, a partir dos estudos realizados durante a formação dos professores. Em 2021 tornou-se um projeto interdisciplinar com a participação de várias faculdades da Universidade de São Paulo, onde acompanharam efetivamente o processo de ensino-aprendizagem realizado na escola.

A Organização Social Carlotas realiza oficinas com os temas da empatia, respeito à diversidade e solidariedade no âmbito do Projeto Escola Apropriada: educação, cidadania e direitos humanos e também nos grupos de JEIF, com trabalhos mais voltados ao aspecto socioemocional. Os encontros são mediados pela socioeducadora Gabriela Treteski.

O Coletivo Lado Bom (Lado B) é formado por profissionais da área de tecnologia cujo princípio é usar os seus saberes e conhecimentos técnicos na busca de soluções educacionais a atuação do Lado B na escola tem sido essencial, particularmente na criação de aplicativo para digitalização dos roteiros de aprendizagem, com vistas a promover o acesso de alunos e professores aos roteiros, por meio de dispositivos eletrônicos com os recursos de interação realização de atividades. Além desse trabalho extraordinário, o Lado B fez doações de dispositivos eletrônicos e oferece o suporte de um professor para fazer a mediação da aprendizagem para estudantes bengaleses recém-matriculados na escola.

Desde março de 2017 a escola realiza encontros mensais com as diversas instituições públicas e parceiras do território educativo do Pari/Canindé com o apoio da Associação Amor ao Próximo para amparar e atender mais de 2500 famílias com ajuda de cestas básicas, itens de higiene pessoal, fraldas, móveis, andadores, cadeiras de roda, leite para as crianças e outros itens que fosse necessário em um grande esforço que sustentou as ações de auxílio imediato frente a exclusão social cada vez mais latente em nossa região, onde a comunidade se une para oferecer apoio e auxílio às famílias, especialmente em relação à educação. Criar uma rede comunitária de amparo e informação é uma forma eficaz de fortalecer os laços entre os membros da comunidade e melhorar a qualidade de vida de todos.

Ao integrar diferentes unidades de educação municipais, estaduais e federais, o objetivo é abranger um espectro amplo de necessidades educacionais das famílias. Essa abordagem integrada é crucial, uma vez que as famílias muitas vezes têm crianças em diferentes níveis educacionais e em diferentes instituições de ensino. Além do suporte

imediatamente com itens materiais, assim como mencionado, essa rede serve como um canal eficiente para compartilhar informações relevantes sobre eventos, programas educacionais, oportunidades de bolsas de estudo e outras iniciativas que possam beneficiar as famílias.

A colaboração entre instituições de diferentes esferas de ensino, como as unidades municipais, estaduais e federais, também pode estimular a criação de sinergias promovendo uma abordagem holística da educação, considerando todas as etapas do processo educacional, pois iniciativas como essa têm o poder de criar um impacto significativo nas vidas das pessoas e contribuir para o desenvolvimento educacional e social.

Além das unidades educacionais, há um encontro periódico com as gerentes e assistentes sociais dos CTAs da região (Casa Florescer 1 e 2, CTA 18, Casa Maria Maria, Sítio das Alamedas, Vivendas da Cidadania, Samaritano e Olarias). Conta ainda com os dirigentes dos Clubes da Comunidade (CDC) Estrela do Pari e Serra Morena, com a equipe do NASF da UBS Pari e do Centro de Acolhida das Freiras Scalabrinianas que acolhem refugiados e migrantes. Essas reuniões contam ainda com os núcleos e divisões em diálogo com a rede municipal de ensino, tais como a equipe do NAAPA da DRE Penha, da DIPED e DICEU, assim como da supervisão escolar. Nestes encontros é comum contar ainda com profissionais da defensoria pública e dos centros de apoio às crianças, sejam elas dirigidas ao público da educação especializada ou não, tais como o CENHA (Tatuapé), APD (Centro), CAPSÍ (Mooca) e CRAS (Mooca), tal como previsto no Projeto Político Pedagógico da escola.

Para o Diretor da escola, entrevistado neste estudo, o resultado do acúmulo teórico-metodológico dos/as educadores/as, cujo objetivo é delinear a concepção, os princípios, os fins e o currículo da educação postulada nesta unidade escolar. Com ele, se busca explicitar os fundamentos filosóficos do trabalho realizado, bem como se procura esboçar as bases de sua implantação. Também dá suporte para os demais projetos desenvolvidos na escola, que deve ainda levar em conta os três princípios da instituição: a) direito à educação; b) qualidade de ensino; c) gestão democrática, assim como os princípios de convivência definidos consensualmente no coletivo: afetividade; respeito; igualdade; equidade; responsabilidade. Assim, a análise de uma abordagem de caráter exploratório tece fios condutores necessários à garantia de uma formação consistente, baseada em valores éticos e voltada para a cidadania, favorecendo a aprendizagem e, ao mesmo tempo, desenvolve princípios, competências e habilidades que servirão de ferramentas para agir socialmente.

4 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ESPAÇO DE BITITA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PODE ACOLHER?

A política de migração e de acolhimento, adotada para proteção do migrante em São Paulo, na lei sancionada em 2017, trazida neste trabalho, nos mostrou que ainda há muito pouco previsto para ações concretas para o acolhimento. A falta de uma política de migração impacta as ações de diversas esferas e, possivelmente, impacta também as escolas, tanto municipais quanto estaduais. Entretanto, o que se pode constatar é que, no âmbito municipal, já há movimentos relevantes para agir frente aos cenários plurilingues e pluriculturais que se intensificaram na última década. O documento Orientações Pedagógicas - Povos Migrantes, voltado para professores da rede municipal de ensino de São Paulo é um bom exemplo desse avanço.

As informações geradas pelo Diretor sobre o projeto que surgiu em 2012 como resposta às necessidades decorrentes do despreparo e preconceito existentes na época na Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita, nota -se que a cultura escolar era prevalente e que não havia um reconhecimento ou valorização da diversidade linguística na sala de aula. Além disso, destaca a falta de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores. O projeto foi uma resposta a essa realidade, buscando criar um ambiente mais propício à inclusão e valorização da diversidade linguística. O aumento da presença de alunos migrantes no contexto de alunos migrantes no contexto atual parece ter desencadeado essa necessidade de adaptação e mudança na abordagem educacional.

Além de iniciativas que partem da própria escola, destacam-se parcerias que vão gerar ações concretas na transformação da escola e certamente da comunidade com a qual ela se relaciona. No estudo de caso foram identificadas parcerias com organizações, associações, universidades e até com a Unesco em projetos voltados tanto para a comunidade estudantil quanto para a formação de professores. De forma geral esses projetos centravam-se no enfrentamento ao preconceito e xenofobia e na inclusão escolar e linguística dos estudantes migrantes.

Projetos que visam a inclusão escolar e linguística dos estudantes migrantes são particularmente relevantes, pois abordam desafios significativos enfrentados por essa

população. Além de melhorar diretamente a experiência educacional desses alunos, esses projetos contribuem para a construção de uma comunidade mais acolhedora e diversificada. O comprometimento da comunidade escolar e sua mobilização são fatores essenciais para o sucesso contínuo dessas iniciativas. Ao envolver não apenas os alunos, mas também os professores, pais e membros da comunidade, a escola cria uma base sólida para a implementação eficaz e sustentável desses projetos.

Acerca da questão linguística, foi observada a oferta do ensino de português para estudantes migrantes para garantir o direito à educação e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Para alcançar este objetivo há que se adotar uma escuta ativa, que transcenda o som da língua falada e compreenda as diferentes linguagens que expressam crianças, jovens e adultos. Reconhecer a importância do ensino da língua local é crucial para facilitar a integração e o sucesso educacional desses alunos, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo para estudantes migrantes e, de forma especial, para os “refugiados”, cuja condição requer uma abordagem mais abrangente, considerando a diversidade linguística presente neste grupo.

Além do ensino da língua local, considerar a oferta de ensino das línguas de origem dos estudantes pode ser benéfico. Isso não apenas ajuda na comunicação inicial, mas também preserva a identidade cultural dos alunos. Desenvolver programas de formação que ofereçam suporte linguístico adaptado às necessidades individuais dos alunos pode ser eficaz. Isso pode incluir aulas de língua, recursos online e suporte individualizado. Cada estudante terá necessidades linguísticas únicas e, nesse sentido, uma abordagem personalizada para entender e atender ou orientar a essas necessidades é essencial para um acolhimento eficaz.

Ademais, acredito que há ainda diversas ações a serem implementadas nessa escola no sentido de: (1) facilitar oportunidades para que os alunos interajam e colaborem, independentemente das diferenças linguísticas, a fim de promover a integração e a compreensão mútua; e (2) envolver a comunidade local, bem como organizações e recursos externos para enriquecer as ofertas linguísticas disponíveis para os estudantes migrantes.

Compartilha-se do entendimento de que a tradicional abordagem monolíngue nas instituições de ensino nesse novo contexto passa a se representar como uma barreira para o sucesso acadêmico e a integração social dos estudantes migrantes/refugiados. A necessidade de se pensar uma competência plurilíngue é urgente para que os educadores reconheçam e valorizem a riqueza linguística e cultural trazida pelos alunos. A abordagem plurilíngue vai

além do simples reconhecimento das diferentes línguas faladas pelos estudantes. Ela implica em criar oportunidades para que essas línguas sejam utilizadas e valorizadas no contexto educacional. Isso pode envolver a incorporação de atividades que incentivem a comunicação em diferentes idiomas, a celebração da diversidade linguística por meio de eventos culturais e a adaptação de materiais didáticos para refletir a variedade de línguas presentes na sala de aula.

Além disso, é fundamental que os próprios profissionais da educação busquem desenvolver sua competência plurilíngue. Isso implica em estar aberto ao aprendizado de novas línguas, compreender as especificidades linguísticas dos estudantes e cultivar uma mentalidade que valorize a diversidade linguística como um ativo educacional. Ao adotar essa abordagem, os profissionais da educação podem desempenhar um papel ativo na promoção do plurilinguismo, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo, enriquecedor e adaptado às necessidades dos estudantes migrantes/refugiados. Essa prática também pode ter impactos positivos na formação de futuros profissionais da educação, que estarão mais preparados para atuar em contextos cada vez mais diversos e global.

A formação continuada de professores é, pois, fundamental para capacitar para o novo cenário escolar marcado pelas migrações e a participação em projetos e redes tal como identificado na escola Espaço de Bitita favorece muito para que isso de fato ocorra, ou seja, para que os professores tenham acesso e sejam incentivados a se capacitarem.

Tendo em vista o que foi analisado, arriscando uma generalização, entende-se aqui que as escolas da rede municipal de ensino Espaço de Bitita podem vir a acolher os estudantes migrantes e a modificar o cenário excludente das salas de aula, desde que a direção escolar e a comunidade escolar como um todo se mobilize. A transformação escolar não ocorrerá sem a participação ativa da comunidade em prol da mudança, seja ela social, linguística e/ou cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho centra-se no âmbito dos estudos de acolhimento de estudantes imigrantes na rede municipal de São Paulo, perpassando as questões de políticas linguísticas inerentes ao acolhimento. Após análise do documento Orientações Pedagógicas- Povos Migrantes Currículo da Cidade, e demais políticas voltadas ao acolhimento, trago um estudo de caso sobre as ações realizadas na escola municipal de Ensino Fundamental EMEF Espaço de Bitita, Canindé, São Paulo/SP, e minha contribuição, com este trabalho do Curso de Especialização em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais, para compreensão do desenvolvimento de iniciativas educacionais na prática, bem como seu avanço de forma eficaz. A formação docente continuada e as parcerias educacionais com diferentes instituições e organização são fatores para o sucesso de qualquer iniciativa educacional, paralelo à implementação de políticas relevantes para o aprimoramento da prática pedagógica com os alunos imigrantes.

No contexto analisado, foi possível abordar aspectos relacionados ao acolhimento, sua política e planejamento, ações voltadas para a comunidade estudantil e para a formação de professores. Ao final, adota uma perspectiva plurilíngue e políticas linguísticas que ajam contra a invisibilização de estudantes migrantes e refugiados no Ensino Brasileiro. Pautada em autores que trabalham com perspectivas de acolhimento linguístico (Cursino, 2020; Diniz e Neves, 2018), proponho uma abordagem plural como alternativa para o ensino numa perspectiva plurilíngue em oposição à tradição monolíngue vigente e conseqüentemente o acolhimento linguístico de migrantes e refugiados.

Em resumo, este trabalho integra aspectos teóricos com a realidade municipal da rede municipal de São Paulo, o que contribui significativamente para nossa formação enquanto professor e nossa prática, gerando ainda contribuições para o aprimoramento do ensino e aprendizagem em línguas adicionais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019). Global trends forced displacement 2018. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>>. Acesso em 20 ago 2023.

BAENINGER, Rosana et alii. (Orgs.). **Migrações Sul Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

CLOCHARD, O. **Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité**. EchoGéo, v. 2, 2007.

CURSINO, C.A. Formação de professores numa perspectiva plurilíngue para o acolhimento linguístico de migrantes / refugiados. In: **Calidoscópico**, v.18 n.2, p. 415-434, 2020.

DINIZ, Leandro. R. A; NEVES, Amélia. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. In: **Revista X**, v.13, n.1, p. 87-110, 2018.

DINIZ, L.R.A.; NEVES, A.A.O. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no Ensino Básico brasileiro. In: BIZON, A.C.C.; DINIZ, L.R.A. (orgs), **Revista X**. Dossiê especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co) construindo sentidos a partir das margens. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v 13, n 1, p.87-110, 2018.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.;CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-44.

MONTE MOR, W. **Convergência e diversidade no ensino de línguas**: expandindo visões sobre a 'diferença'. Polifonia, v.21, p.234 - 253, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: povos migrantes**: orientações pedagógicas. – São Paulo : SME/ COPED, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto Político Pedagógico - Prefeitura municipal de São Paulo. Responsabilidade, Autonomia e Igualdade: caminhos para aprender no Espaço de Bitita. São Paulo, 2021.